



Breves

Sociedade Ponto Verde Sete em cada dez lares portugueses separam embalagens

Os portugueses separaram e enviaram para reciclagem, nos últimos 20 anos, 6,8 milhões de toneladas de resíduos de embalagens, o que equivale a três pontes Vasco da Gama, anunciou ontem a Sociedade Ponto Verde (SPV). Segundo a SPV, sete em cada dez lares portugueses separam as embalagens usadas e todos têm acesso à deposição selectiva, com uma rede com 43 mil ecopontos.

Saúde

Técnicos de diagnóstico prolongam greve

A greve dos técnicos de diagnóstico e terapêutica iniciada no dia 16 vai continuar. O Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica decidiu ontem fazer uma "assembleia geral online". Até perto das 20h recebeu 3000 respostas e 93% foram favoráveis ao protesto. Em causa estão carreiras e remunerações.

Hospital

Ministro da Saúde anuncia ampliação do Garcia de Orta

O ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, anunciou ontem a ampliação do Hospital Garcia de Orta, em Almada, com mais 100 camas para doentes agudos. Objectivo: que "nenhum doente do distrito de Setúbal tenha de ser deslocado para Lisboa, a não ser por razões de estrita referência clínica indicativa".

Ministério da Educação garante que videovigilância nas escolas está a funcionar

Educação
Clara Viana e Natália Faria

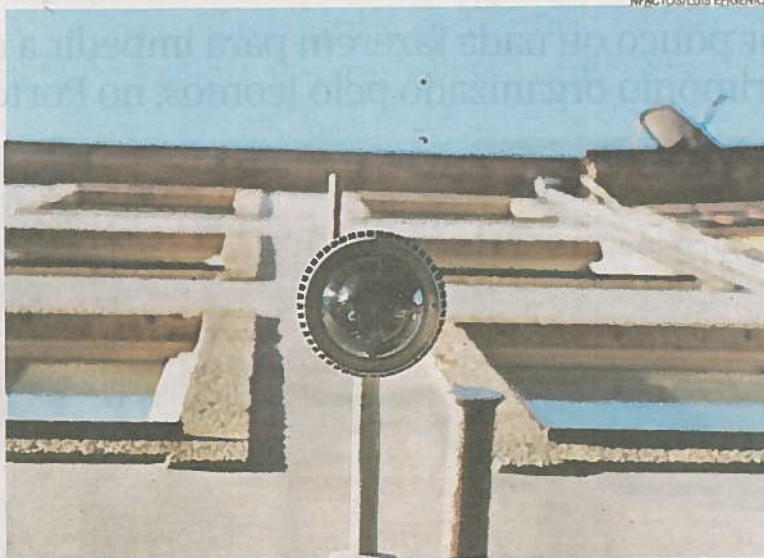
Deputados do PSD levantaram várias dúvidas sobre se sistema funciona. E que contrato existe

O sistema de videovigilância nas escolas portuguesas está a funcionar, no âmbito de um contrato celebrado em Agosto e que vigorará por um período de três anos. A garantia foi dada ao PÚBLICO pelo Ministério da Educação (ME), depois de o PSD ter feito entrar ontem no Parlamento uma pergunta em que levanta dúvidas sobre a operacionalidade daquele sistema de monitorização da segurança contra a intrusão nas escolas, à noite e aos fins-de-semana.

No documento, os deputados Duarte Marques e Amadeu Albergaria aludem a "relatos de diversos directores de escolas", segundo os quais "há vários meses que não há um contacto entre o centro operativo deste sistema e as escolas, ao contrário do que era prática habitual". Por isso, e porque depois de em Fevereiro o ME ter anunciado um contrato plurianual, para garantir o funcionamento do sistema, o PSD diz não ter encontrado nenhuma nota pública desse contrato nem evidência da respectiva despesa, os deputados querem esclarecer se a videovigilância está ou não a funcionar.

Em caso afirmativo, os sociais-democratas questionam se existiu visto do Tribunal de Contas ao concurso em vigor, qual o valor executado para este fim em 2016 e qual o valor inscrito no Orçamento do Estado para 2017. "Seria lamentável que este sistema não estivesse a funcionar devidamente (...) e preocupante se não há capacidade financeira para tal", argumentam os social-democratas.

No início de Novembro de 2015, os directores escolares receberam indicações da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência para desligarem o sistema de videovigilância. Durante uma semana, os bens materiais das escolas ficaram desprotegidos e o Governo chegou a ponderar recrutar militares na reserva para fazer a vigilância nas zonas escolares. Dias depois, porém, o ME recuou e celebrou um contrato que permitiu manter a videovigilância por mais



Sistema abrange mil escolas básicas e secundárias

três meses. Seria o tempo necessário para lançar um concurso público capaz de garantir a continuação por mais três anos da prestação de um serviço que fora implementado em 2009, no âmbito de um contrato assinado entre o Estado e o consórcio Oni/Gália, sediado em Lisboa, no valor de 24 milhões de euros.

Contrato de três milhões

Segundo as informações que constam do portal Base, que divulga quais os contratos negociados pelo Estado, este serviço foi agora entregue a um agrupamento complementar de empresas, de que também faz parte a empresa de segurança Gália (a outra

Silva Carvalho, ex-dirigente das secretas, dirige empresas que ganharam o contrato

firma é a 2045- Empresa de Segurança, SA). Contactadas pelo PÚBLICO, as empresas remeteram para o ME qualquer explicação sobre o funcionamento do sistema, frisando que a sua política é a de não falar pelo cliente.

Este contrato foi publicitado no portal no final de Julho passado, pelo que a data de celebração terá sido anterior a Agosto, que foi o mês indicado pelo ME. No portal informa-se ainda que o prazo de vigência é de

dois anos, e não três. Diz-se por fim que o contrato em causa produzirá efeitos a partir da data em que for demonstrado o pagamento dos emolumentos correspondentes à emissão do visto pelo Tribunal de Contas.

As empresas que ganharam este concurso, no valor de cerca de três milhões de euros, são dirigidas, desde 2015, por Jorge Silva Carvalho, antigo dirigente do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa. Silva Carvalho foi condenado, na semana passada, a quatro anos e seis meses de prisão, com pena suspensa, por violação do segredo do Estado e já fez saber que irá recorrer da sentença.

Em 2010, a partir do momento em que o sistema de vigilância entrou em funcionamento pleno (cerca de mil escolas receberam dez câmaras cada), os directores dispensaram os guardas-nocturnos, tendo a segurança ficado totalmente dependente da videovigilância. Contactado pelo PÚBLICO, o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Filinto Lima, mostrou-se convicto da operacionalidade do sistema. "Ainda na segunda-feira à meia-noite recebi uma chamada da empresa por causa de uma situação ocorrida na minha escola. É um bom serviço e congratulamo-nos pelo facto de os bens e a segurança dos alunos estarem salvaguardados pelos próximos três anos."

cviana@publico.pt
natalia.faria@publico.pt

Novo apoio para vítimas de violência sexual

Lisboa

Compromisso do Governo para criação de um centro de crise, que será o primeiro do país, foi assumido ontem

Lisboa terá um centro de crise para apoiar vítimas de violência sexual, que estará disponível a partir do próximo ano. O anúncio foi feito ontem pela secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Catarina Marcelino. A governante falava na sessão de encerramento da conferência internacional *Políticas e Práticas na Intervenção em Violência de Género*, organizada pela câmara municipal e que decorreu no Fórum Lisboa.

"Temos vindo a discutir com o Ministério da Justiça, com a Câmara de Lisboa, também com a Misericórdia de Lisboa, como é que podíamos pôr de pé este projecto", afirmou a secretária de Estado, segundo a qual "há esta necessidade porque o país não tem nenhum centro de crise para vítimas de violência sexual".

"Neste momento, estamos a tentar fechar uma solução porque temos de encontrar financiamento", disse ainda. "Assumimos o compromisso de até ao final deste ano, até ao mês de Dezembro, conseguirmos fechar o modelo e assinar um protocolo, para que, para o ano, possa iniciar-se esta resposta em Lisboa."

Apesar de ser uma resposta para a capital Catarina Marcelino observou que "o que se pretende é que no futuro ela também possa existir noutros pontos do país", nomeadamente no Porto. O centro de crise para vítimas de violência sexual será destinado às pessoas "que precisam de ajuda imediata, mas depois também terá uma componente para apoiar as vítimas que, não tendo sido vítimas naquele momento, têm trauma de vitimização", disse ainda a governante.

Presente na conferência, o vereador dos Direitos Sociais da Câmara de Lisboa, João Afonso, considerou que um espaço deste género "exige vários níveis de compromisso", nomeadamente "a articulação com as respostas já existentes, a materialização, criação de um espaço físico", assim como a "criação de equipas, a sua formação". **Lusa**